

ROBERTO MACEDO

O governo e o desenvolvimento

Nessa discussão que continua rolando entre "desenvolvimentistas" e os que enfatizam a estabilidade de preços, a teoria, a prática e a história econômica ensinam que as duas coisas devem caminhar paralelamente. Por algum tempo, o desenvolvimento pode ser acelerado de forma inflacionária, mas, na frente, há sempre uma conta a ser paga, nem sempre por quem acelerou, mas por toda a sociedade, na forma de estagnação ou recessão. Por outro lado, quem fica só na estabilidade e negligencia o crescimento também impõe um alto custo econômico e social, da mesma natureza.

Já disse aqui que o desenvolvimento sem estabilidade lembra a figura de um bêbado, desses que depois da farra acabam levando tombos. Já a estabilidade sem desenvolvimento é coisa de equilibrista de circo. Dá espetáculo, mas fica nisso e acaba aborrecendo a plateia, que se inquieta com a ausência da parte mais importante do "show", o desenvolvimento e a melhoria do padrão de vida associados a ele. A questão, portanto, é compatibilizar crescimento com estabilidade, o que exige muito engenho e arte.

Num país como o Brasil, muita coisa depende do governo, inclusive o desenvolvimento econômico. Com o que herdamos nestes 500 anos, não dá para prosseguir com um "liberou geral". Primeiro, porque nem internacionalmente o liberalismo extremo é praticado. Segundo, porque, antes de assumir um papel menos intervencionista, ainda vai ser necessária muita atuação do Estado, em particular para desmontar os muitos equívocos que montou no passado, além de deixar regras para outros atores, como o setor privado, que estão assumindo figuras de maior relevo. E toda essa reestruturação será fundamental para a



Providências podem ser tomadas para estimular o investimento e a produção, sem custos

retomada do desenvolvimento.

No passado recente, foi alcançada a estabilidade, que vem superando até os solavancos da desvalorização, mas até aqui o governo continua prejudicando o desenvolvimento, sendo pelo menos quatro as formas como faz isso. É sabido que o motor do desenvolvimento é o investimento. Ora, daquilo que arrecada o governo investe pouco no que lhe compe-

te, como obras de infra-estrutura e educação, gastando muito em despesas de custeio e de juros, no que supera a própria arrecadação tributária. Em segundo lugar, com suas dificuldades financeiras e seu alto endividamento, submete a economia a juros elevados, os quais inibem os investimentos privados. Em terceiro lugar, com o mexe-mexe que promove na economia, aumenta o grau de incerteza sobre seu presente e o futuro, o que também prejudica as decisões de investir do setor privado. Finalmente, com sua atuação reguladora da economia, inclusive a exercida pelo Poder Judiciário, não vem sendo suficientemente ágil para estimular os investimentos privados mediante "regras do jogo" capazes de levar a tanto.

Os três primeiros aspectos são enfatizados por aqueles que insistem no ajuste do setor público como uma etapa fundamental na retomada do crescimento. De fato, se o governo não ajustar suas finanças, não terá como investir, os juros continuarão elevados e o mexe-mexe permanecerá gerando incertezas. Se partir para o financiamento inflacionário de seus investimentos ou, com seus bancos, daqueles realizados pelo setor privado, trará, além da inflação, a continuidade de juros altos e, também, desse mexe-mexe com que procura consertar-se, mas freqüentemente não resolve nem o problema das finanças pú-

blicas e ainda causa danos aos planos do setor privado.

Já o quarto elemento, a ação reguladora, pode avançar sem gastos adicionais e vejo aí uma forma de estimular investimentos privados sem danos às finanças públicas e riscos inflacionários, compatibilizando a estabilidade com o desenvolvimento. Para não ficar na teoria, vamos a exemplos, retirados de experiências que acompanhei e ainda acompanho no setor privado.

Há anos a indústria eletroeletrônica estabelecida no País vem cobrando do governo medidas para combater o contrabando de telefones celulares, estimando-se que cerca de metade dos já instalados ingressaram no Brasil ilegalmente. Há exigência de nota fiscal no ato da habilitação, mas esse nunca foi um impedimento para contrabandistas sérios. É possível, contudo, criar um registro eletrônico alfanumérico dos celulares fabricados no País ou importados legalmente, com o qual os celulares habilitados seriam confrontados. Já existe um projeto com essa finalidade, cuja implantação havia sido prometida pelo ministro Sérgio Motta. Desde que partiu, entretanto, a coisa encalhou, desestimulando investimentos privados na fabricação e comercialização legal do produto.

Na mesma indústria, com a entrada em vigor dos acordos do Mercosul, os produtos fabricados em Manaus passaram a ser considerados produtos de países fora do grupo e submetidos a tarifas correspondentes ao serem exportados do Brasil, como se a cidade estivesse fora da região coberta pelos demais países membros. Ora, isso prejudica o investimento na produção que poderia ser exportada para os nossos vizinhos do Mercosul. Se não exportamos para eles, vamos exportar para quem? Há quatro anos o assunto rola entre diplomatas e técnicos do governo, sem solução.

Na indústria do gás liquefeito de petróleo, onde passei a atuar recentemente, as empresas poderão investir mais se o governo adotar uma série de medidas que

abram perspectivas de maior retorno e ampliação das suas atividades, entre elas o fim do tabelamento de preços em regiões onde ainda são controlados, a liberação do uso do produto para outras finalidades, entre elas a automotiva, e o impedimento definitivo de que algumas empresas encham botijões que não sejam de suas marcas, um absurdo que ainda ocorre e vem tumultuando o mercado, além de significar grande risco para os consumidores.

Em que pese o contrabando de celulares, tome-se, como exemplo positivo, o que se passa no setor de telecomunicações. Com a privatização, a criação de bandas, de "empresas-espelho" e tudo o mais, grandes investimentos vêm sendo realizados, na esteira dos quais vem a geração de empregos e todo o espetáculo que deveria vir na sequência da estabilidade de preços, hoje, infelizmente, limitado a uns poucos setores.

Acredito que, se o governo, com grande articulação interministerial para evitar o "não depende só daqui", chamar todos os setores produtivos para uma conversa individual, conseguirá listar uma série de providências que poderia tomar e estimulariam os investimentos e a produção sem maiores custos para seu orçamento e, assim, sem prejuízo de seu empenho no ajuste fiscal.

Empresários, e investidores em geral, operam muito melhor num ambiente em que regras estimulantes sejam bem definidas e rigorosamente obedecidas, em particular respeitando-se os investimentos já realizados. Em período de vacas magras e também por que se justificam por si mesmos, o governo precisa voltar-se para esses trabalhos miúdos de lidar com detalhes setoriais, redefinindo e criando regras desse tipo. Os trabalhos podem ser miúdos, mas, somados, os resultados podem ser imensos, facilitando o encontro do difícil caminho do desenvolvimento com estabilidade.

■ Roberto Macedo, economista, é pesquisador da Fipe-USP e professor da Universidade Mackenzie
E-mail: roberto@macedo.com